

## FILOGIA BANDEIRANTE

Heitor MEGALE\*

### INTRODUÇÃO

É com muita satisfação que participo desta XI Semana de Estudos Lingüísticos e Literários e Programas de Pós-Graduação em Letras da UNESP, *campus* de Araraquara. O honroso convite para eu falar do Projeto Filologia Bandeirante chegou-me por contato telefônico do Prof. Paulo Galembeck. Mais do que um colega de Maria Antônia, no tempo de nossa Graduação, Paulo Galembeck é um profissional cujo trabalho tem merecido o reconhecimento da comunidade científica nas áreas em que milita. Fizemos trajetória um pouco diversa, ele pela língua falada, eu pela língua escrita, sabendo ambos que desses dois objetos de estudo, um não exclui o outro. Exatamente no caso da Língua Portuguesa, há precedentes honrosos como Leite de Vasconcellos, Paiva Boléo, Lindley Cintra, Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto e Silvio Elia, indiscutivelmente, filólogos que trabalham a língua falada. Minha formação é mais filológica do que lingüística, mas o trabalho com textos diferentes de diversas épocas da História da Língua Portuguesa e, mais assiduamente, com o mesmo texto e suas diversas lições, não se pode negar, abre caminho, como talvez tenha acontecido com os autores acima lembrados, para o entendimento e sobretudo para a prática da variação e da mudança lingüísticas, sobretudo dentro de um Projeto como Filologia Bandeirante. Para o desenvolvimento desse Projeto também vale o reconhecimento de que, afinal, as teorias passam e os dados lingüísticos, se filologicamente corretos, de que se utilizaram, não apenas

---

\* Professor associado de Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, FFLCH/USP.

permanecem, como podem vir a ser recebidos e analisados, sob diferente perspectiva, por outras novas teorias.

Posso observar que comigo vem acontecendo um pouco o que aconteceu com Leite de Vasconcellos (1955), guardadas obviamente as devidas proporções. Na prefação de *Filologia Barranquenha*, lamenta ter deixado a visita a Barrancos “para idade tão propecta. Em verdes anos, maior proveito eu colheria, por se estender ainda diante de mim dilatado campo de trabalho”.

Minha leitura dessa passagem aponta um pouco para o reconhecimento da necessidade de buscar uma coleta de dados da língua viva, mesmo entre idosos e sobretudo lá onde essa língua viva corre o risco de perder-se. E há um apoio histórico para tal interpretação das palavras de Leite de Vasconcellos. Seu estudo, que estava pronto em 1939 e deveria ter sido publicado em 1941, acabou saindo apenas em 1955. Mais recentemente, no entanto, renovado interesse pelo estudo da fala de Barrancos obrigou a uma reimpressão em 1981. Ainda hoje é o ponto de partida para os estudos lingüísticos barranquenhos.

O trabalho com História da Língua e com Filologia Portuguesa, mais do que com Linguística Histórica, na Universidade de São Paulo – eis outro dado fundamental a se levar em conta, uma vez que a instituição preservou a Filologia Portuguesa durante todo o período de expansão dos Estudos Lingüísticos no Brasil – tem um desdobramento perfeitamente coerente quando uma equipe assume o compromisso de um projeto como o Filologia Bandeirante. Se é verdade que a História da Língua Portuguesa se constrói com dados de História Social ou História Externa: o contexto histórico em que a língua se desenvolve e que pode ter influenciado ou determinado sua evolução, por um lado; e por outro, com dados de Linguística Diacrônica, da História Interna: a descrição dos fenômenos em sistemas e subsistemas lingüísticos resultando do conjunto a Linguística Histórica Portuguesa, o Projeto Filologia Bandeirante, ao eleger uma trilha de colonização do Brasil, talvez a mais importante, sem dúvida a mais insistentemente percorrida ao longo de dois séculos: XVII e XVIII, pretende fazer duplamente História da Língua Portuguesa.<sup>1</sup> É um trabalho fundamentalmente filológico, na medida em que vai às fontes, tanto pelo lado

---

<sup>1</sup> Os manuais de *História da Língua Portuguesa* confirmam tal perspectiva, vide Serafim da Silva Neto (1970), Mattoso Câmara Jr. (1979), Paul Teyssier (1982), Segismundo Spina e os diversos autores da coleção por ele dirigida (1989), Fernando Tarallo (1990) e Ivo Castro (1991).

da pesquisa histórica, antropológica e social, como pelo lado da busca da ancianidade da língua na região. É um trabalho lingüístico, é claro, visto que sua base é uma pesquisa lingüística de campo: colhe dados fornecidos por informantes, dentro de condições que, a seu tempo, serão mencionadas, dados esses que serão devidamente descritos e analisados.

## 1. FILOLOGIA BANDEIRANTE

Conforme Cohen *et alii* (1997), Filologia Bandeirante é um Grupo de Trabalho para coleta de material lingüístico acompanhado de estudos para identificação, análise e tabulação de traços da língua antiga preservados em localidades situadas nas trilhas das bandeiras paulistas de fins do século XVII e durante o século XVIII. Geograficamente a pesquisa cobre os territórios dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. O objetivo do trabalho é verificar a retenção de vestígios de camadas lingüísticas do Português na trilha das bandeiras e propiciar aos estudiosos da língua um *corpus* cientificamente preparado para seu estudo.

Este Grupo de Trabalho está empenhado numa pesquisa de campo que se descreve como incursão programada nas trilhas das bandeiras de fins do século XVII e sua repercussão no século XVIII, com o objetivo específico de colher traços da língua portuguesa mais antiga que tenham permanecido (retenção lingüística) ou sofrido transformação (variação lingüística) ao longo do tempo que nos separa do processo de colonização e povoamento dessas áreas do território nacional. Assim sendo, a pesquisa há de cobrir um largo espectro geográfico que começa no Estado de São Paulo, passa por Minas Gerais e atinge os Estados de Goiás e de Mato Grosso.

Sua implementação supõe contatos com outras bases para se conseguir cobrir a área das rotas dos bandeirantes. Há que se encurtar distâncias e dirimir dificuldades de locomoção e de muita outra natureza para os pesquisadores em tão larga área geográfica. Desde o primeiro contato entre a Universidade de São Paulo e a Universidade Federal de Minas Gerais convencionou-se que deve ser utilizado como referencial o roteiro da grande bandeira de 1674. A essa rota acrescentam-se localidades surgidas em outras incursões dos bandeirantes paulistas. Os pesquisadores vão garimpar traços de língua antiga remanescentes na região, entre pessoas idosas, de preferência, analfabetas, residentes em povoados os mais afastados da mídia. Tendo estudado o assunto com interesse e competência, a Prof<sup>a</sup> Maria Antonieta Cohen voltou com sua anuência à proposta nascente do Grupo de

Trabalho e com o propósito de assumir a responsabilidade dentro da divisão oficial da jurisdição: de São Paulo a Minas, pelo caminho velho do Vale do Paraíba, com a Universidade de São Paulo, e da região de Passa-Quatro para frente, com a Universidade Federal de Minas Gerais.

O Grupo de Trabalho começou então a tomar corpo, quando chega a adesão do Prof. Manoel Mourivaldo Santiago Almeida, cujo projeto de doutoramento, de certa forma, é uma ampliação de experiência sua anterior num estudo a respeito do Cuiabanês, num curso de especialização. O objetivo do Grupo de Trabalho era investigar os remanescentes do português dos séculos XVII e XVIII no português contemporâneo, entre falantes que habitam localidades afastadas dos centros urbanos, nas trilhas dos bandeirantes. Apresentou-se portanto inteiramente aplicado aos objetivos do Grupo de Trabalho Filologia Bandeirante. Então no território mais distante dentro da área geográfica inicialmente prevista, o trabalho segue adiantado.

O próprio Prof. Manoel Mourivaldo Santiago Almeida desenvolveu contatos com Goiânia, havendo grande interesse pela região de Goiás Velho, com vistas a fechar o périplo das bandeiras paulistas. A Prof<sup>a</sup> Dra. Lídia Boleck, chefe do Departamento de Letras da Universidade Federal de Goiás, apresentou a Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Sueli Aguiar que coordena uma pesquisa intitulada “Linguagem e Cidadania”. O fato de essa pesquisa estar voltada para as comunidades do entorno da Chapada dos Veadeiros, com o objetivo de levantar e trabalhar aspectos lingüísticos do período da mineração constitui a grande coincidência que aproxima as pesquisas da Universidade Federal de Goiás do Grupo de Trabalho Filologia Bandeirante. Com a adesão de Goiás fechou-se então o périplo das rotas dos bandeirantes e fortaleceram-se o tronco e demais ramos do Grupo de Trabalho.

O Projeto parte do fato conhecido de retenção lingüística comum a regiões da chamada România Nova, num quadro de colonização semelhante ao do Brasil. A equipe do Projeto Filologia Bandeirante visa tão somente a colher os dados que sabidamente existem e especialistas já declararam que há, mas de que nunca se fez uma busca sistematizada. A equipe tanto conhece discussões acerca da questão que os pesquisadores do Projeto pretendem, isso fica muito evidente, tão somente dar mais um passo à frente nesses estudos, mas um passo com dados em mãos.

Há forte preocupação com aspectos históricos, sendo possível trazer hoje dois fragmentos de documentos da época, dando-nos notícia do que é uma bandeira e das proibições impostas na época aos que “hião ao sertão”. Ambos encontram-se em *Atas da Camara da Villa de S. Paulo* (1915, p. 29-

30); o primeiro é um excerto da *Vereação* de primeiro de abril de 1623, em que o procurador do Conselho da Câmara da Vila de São Paulo, Luis Furtado, notifica

aos ditos officiaes dizendo que a sua notisia hera vindo q̄ algũs moradores desta villa hião ao sertoã contra ordẽ de sua magestade e do *governador* geral deste estado o que era contra o bẽ cumũ desta terra e o capitaõ mor e ouvidor desta capitania joã de mora fogasa estava na villa de santos pello que requeria a elles ditos officiaes da camara da parte de sua magestade pozesẽ cobro nisso e defendesẽ a tal ida e avizasẽ per sua carta ao dito capitaõ mor pera acodir a isso o que visto pelos ditos officiaes da camara mandaraõ por quartel que nenhũa pessoa de qualquer calidade e cõdiçãõ que seja naõ va ao sertoã cõ pena de vinte mil *reis* applicados pera obras do cõselho e acuzador e dous anos de degredo pera a fortaleza do rio grande e de ficarẽ a merçe de sua magestade e logo escreveraõ os ditos officiaes ao capitaõ mor e ouvidor desta capitania pera que epedise a tal ida e viagẽ. e requereo mais o dito *procurador* do cõselho que muitos forasteiros passavaõ per aqui pera a villa riqua frades e trajes de legos e legos e trajes de frades e clerigos e molheres e trajes domẽs e homẽs e trajes de molheres e que juntamente levavaõ os indios dos moradores do que todos eõ geral se queixavaõ pelo que requeria a elles ditos officiaes cõforme os capitulos da correiaõ pozesẽ cobro nisso e evitassẽ a tal pasagẽ o que visto pelos ditos officiaes mandaram que fosse posto quartel pera que nenhũa pessoa de qualquer calidade e cõdiçãõ que seja naõ va a villa riqua nẽ os moradores lhe deem favor nẽ ajuda cõ pena de duzentos cruzados applicados pera as despezas da relaçaõ e obras do cõselho e acuzador e dous anos de degredo pera o maraiaõ e de procederaõ contra elles e loguo requereo o dito *procurador* fizesẽ seus caminhos como he uso e custume e os ditos officiaes mandaraõ fosse posto quartel pera q̄ eõ termo quinze dias cada hũ fasaõ seus caminhos na forma q̄

he uso e costume o que cõpriraõ cada hũ cõ pena de mil reis applicados pera obras so cõselho e acuzador.<sup>2</sup>

A palavra bandeira não aparece nas *Atas*, mas o que depois se tornou conhecido como bandeira, quem “hia ao sertão” ou “andava fazendo gente pera ir ao sertão contra as leis de sua magestade” sofria sérias restrições do poder constituído com penalidades que atingiam até o confisco dos bens. Entre outros nomes, repetidas vezes é mencionado Fernão Dias:

(...) requereo o *procurador* do cõselho q̄ era ãformado que fernaõ dias capitaõ dos indios queria ir ao setaõ e leva consigo segundo se dizia algũs moradores o q̄ era ã grande prejuizo deste povo por aver pouqua gente por respeito dos moradores estarẽ no sertão e visto pellos ditos offisiaes da camara mandaraõ a mi escrivaõ noteficase ao dito fernam dias pera q̄ paresese nesta camara e de razaõ do que há pera cõ isso se asentar o q̄ for mais servido de sua magestade<sup>3</sup>

O fragmento de documento que segue comprova a preocupação oficial com o progressivo e rápido despovoamento de São Paulo, provocado pela saída em massa à cata das minas, ao mesmo tempo que mostra como foram tomadas providências no sentido de se impedir o abandono da vila.

Mandou *que* nenhũa pessoa de qualquer calidade que seja comsintaõ va ao sertão nẽ dem entrada nelle e que lhe ponhaõ pena os ditos offisiaes da camara de perdimento de suas fazendas e lhe serem cõfiscados *pera* a coroa real de sua magestade visto mãdar per suas provizões naõ façam entradas ao sertão a deser gentio *pera* o *que* ordeno por executores aos offisiaes da camara e aos juizes sob pena *que* naõ oconprindo assim ãcorraõ nas penas *que* sua

---

<sup>2</sup> Notificação do procurador do Conselho do Senado da Câmara da Vila de São Paulo, em reunião de primeiro de abril de 1623. A transcrição dos dois documentos segue as Normas de Transcrição estabelecidas pela equipe do Projeto para a História do Português Brasileiro, por ocasião do II Seminário. Assim aparecem itálico as letras omitidas nas abreviaturas do documento original, respeitam-se as marcas originais de nasalidade, bem, como a ortografia do documento.

<sup>3</sup> Esta referência a Fernão Dias vem datada de 2 de setembro de 1623.

---

*magestade da e os que assim cometerem taes emtradas não querendo obedeser seraõ prezos e mãdados a relaçaõ deste estado pera serem castigados<sup>4</sup>*

São gestos e atitudes da coroa que, ao mesmo tempo que pretende impedir a continuidade dos movimentos de penetração dos moradores de Piratininga nas trilhas das Gerais, atribui funções a enviados da corte para promover expedições à cata dos metais preciosos. Assim é que chega Afonso de Castro e Rio Comprido Furtado de Mendonça em 1671, com o cargo de governador da colônia e a ordem expressa de entrar pelo sertão em busca do ouro. Fazia-se acompanhar essa autoridade de forte contingente de portugueses.

Toda a pesquisa histórica a respeito dos “que hiaõ para o sertão” está sendo desenvolvida a partir da documentação da própria época, sem desprezar, obviamente, os estudos levados a cabo por autoridade no assunto como Afonso de Escragnonle Taunay, Pandiá Calógeras, Sérgio Buarque de Holanda, Capistrano de Abreu, Paulo Prado, Cassiano Ricardo e tantos outros que constam da bibliografia progressivamente aumentada da equipe do Projeto.

Trago hoje para submeter a juízo de quantos me ouvem alguns dados relativos à ancianidade dessa língua. Não trago dados de História Social propriamente dita. A respeito dessa História, introduzo tão somente uma reflexão a respeito de uma única questão: a da procedência dos portugueses que trouxeram a língua para o Brasil.

## **2. A LÍNGUA QUE VEIO DE PORTUGAL**

Começemos por aí. A bibliografia de História da Língua Portuguesa freqüentada em nossos Cursos de Letras divulga determinadas afirmações que, ou são contraditórias entre si, ou são postas em xeque, sem se encontrar solução, por falta de dados. É o que se passa, por exemplo, com a diversidade de opiniões em relação a que língua falamos, entre João Ribeiro, Cassiano Ricardo, Souza da Silveira e Mattoso Câmara Jr., para mencionar apenas esses nomes. Com maior riqueza de informação do que Tarallo, em seu

---

<sup>4</sup> Do ouvidor geral, no mesmo de 1623.

*Tempos Linguísticos*<sup>5</sup>, embora com trinta anos a menos de informações, ou talvez por isso, Rosalvo do Valle, em alentada resenha de uma obra de Barbosa Lima Sobrinho, contrasta opiniões de autores como João Ribeiro, Gladstone Chaves de Melo, Sílvio Elia e Mattoso Câmara Jr., passando por José de Alencar e Monteiro Lobato, sobre algumas questões relativas ao Português do Brasil.<sup>6</sup>

Na verdade, dentro dessa questão que, convenhamos, tem importância de base para o Português do Brasil, designação que continua encontrando ainda alguma resistência, há uma outra questão igualmente polêmica: a da procedência dos portugueses que para cá vieram, primeiro como colonizadores e depois como imigrantes, tendo havido entre ambas as situações o interregno da sede do reino. É imprescindível que se leve em conta a época de sua chegada e a região em que se fixam. Há dados historicamente comprovados; muitos dos quais estão dispersos, e sobretudo continua havendo muita pesquisa a ser feita. Há as investigações de Alfredo Ellis (1934) em relação ao século XVI, a respeito da formação dos primeiros troncos; as informações decorrentes do Santo Ofício; a afirmação de Rodrigues Lapa a respeito da linguagem das *Cartas Chilenas*, como reveladora de uma gíria que coincide com a do Norte de Portugal; uma lei de 1720, dentro do período de vinda em massa à cata das minas, cujo objetivo era obstar que muita gente se passasse ao Brasil, com alusão explícita à província do Minho, que, sendo tão povoada, já não tem a gente necessária para a cultura das terras. Não é muito mais do que isso o que traz Serafim da Silva Neto (1950, 1960 e 1970), em trabalhos cujos títulos dão a impressão de se repetirem; tal impressão, porém, cede diante da leitura que revela não ser nenhum dos títulos subsequentes reprodução pura e simples de trabalho anterior: a cada publicação o autor oferece novos dados a que acrescenta novos aspectos e novo tratamento. Estamos longe da completude ou, pelo menos, da desejada amplitude de informações, em consequência do quê, opiniões contraditórias a respeito dessa matéria refletem esse quadro. Assim,

---

<sup>5</sup> Fernando Tarallo (1989) no capítulo 6, "Portugal e Brasil: a História", p. 82, e principalmente em "Português do Brasil versus Português de Portugal: as querelas", p. 86-92. Deve-se ressaltar a ausência de Sérgio Buarque de Holanda, além de, entre outros, Barbosa Lima Sobrinho. São lembradas as opiniões de Souza da Silveira, José Pedro Machado e Homero Senna.

<sup>6</sup> Rosalvo do Valle (1958), aponta méritos do livro, mas nem por isso deixa de fazer ressalvas, como "a falta de método filológico, bem como a citação um tanto atabalhoada de lingüistas, filólogos e gramáticos, sem uma prévia distinção doutrinária" (p. 276).

torna-se indispensável muita cautela para afirmações a respeito do assunto. Enquanto não se associam os dados históricos conhecidos e enquanto novas pesquisas não avançam, as posições oscilam. Assim é que Antenor Nascentes (1944), diz textualmente:

Da comparação que fizemos, principalmente na fonética, entre o Português de Portugal e o do Brasil resulta a conclusão que a língua que falamos é mais parecida com a do Alentejo e com a do Algarve, do que com as das províncias do norte e do centro e com as de Lisboa e Coimbra.

Talvez porque a grande massa dos colonizadores primitivos tivesse sido oriunda daquelas províncias meridionais.

Ao expressar-se dessa maneira, Antenor Nascentes estava praticamente repetindo Filipe Franco de Sá (1915) que fez a afirmação que segue, apenas publicada depois de sua morte, no Maranhão, em:

A nossa maneira de pronunciar aproxima-se da das províncias do Alentejo e do Algarve. Diferem muito da das províncias do Norte, e do Centro, e da de Lisboa e de Coimbra.

Essa opinião, por sua vez, segue na esteira da tese meridionalista, tanto portuguesa quanto espanhola, em relação à colonização da América Latina.

Com a autoridade de autor da, até hoje, mais alentada *História da Língua Portuguesa*, Serafim da Silva Neto (1970) faz afirmação diversa, segundo a qual “os colonizadores portugueses são oriundos de todas as partes de Portugal e não, como se pensava, preponderantemente desta ou daquela região”. Toma corpo a tese da procedência genérica de todas as partes do território português.

A assertiva, embora inovadora em relação ao que se pensava, é contradita por Luís Felipe Lindley Cintra (1958), quando, no ano seguinte ao término da publicação daquela *História da Língua Portuguesa*, arrola argumentos que refutam a tese meridionalista, em benefício de uma terceira tese: a da procedência predominante das províncias do Norte de Portugal.

Brian Head (1987), mais tarde, assinala número maior de coincidências entre o Português do Brasil e o Português do Norte de Portugal.

Mais recentemente, Ataliba Teixeira de Castilho (1997) reconhece a procedência de todas as regiões, mas adere à tese meridionalista, embora sem levar em conta a experiência lingüística a que aludem, conforme veremos adiante, Lindley Cintra e Serafim da Silva Neto:

Aparentemente, os colonos portugueses procediam de todas as regiões da metrópole, mas alguns fenômenos fonéticos apontam para uma suposta predominância do Português de Portugal meridional.

Depois da afirmação, é verdade que Ataliba Teixeira de Castilho lembra as posições de Lindley Cintra com argumentos para se rejeitar a hipótese meridionalista, bem como a de Brian Head que, como vimos, dá destaque a coincidências entre o Português do Norte de Portugal e o do Brasil. O trabalho de Lindley Cintra traz a lição da cautela, sobretudo porque desde 1958, ano de sua publicação, não temos praticamente nenhum dado novo no Brasil. Ele próprio foi cauteloso, ao reconhecer que

Assim, também é claro que no enorme campo de experiências que era o Brasil, a pronúncia iria necessariamente coincidir com a do Sul de Portugal, região que já fora, séculos antes, igualmente campo de experiências lingüísticas.

Mesmo assim não deixou Lindley Cintra de apontar traços de pronúncia encontrados no Algarve não encontrados no Brasil, ao menos, no pé em que estavam as pesquisas até os anos sessenta, a que nada parece ter sido acrescentado. Lindley Cintra, nesse mesmo estudo, é mais incisivo ainda quando diz que

o facto várias vezes apontado de o Português do Brasil apresentar uma série de características fonéticas que o aproximam dos falares meridionais do Português da Europa deve-se possivelmente à generalização, na língua dos colonizadores, das características de uma pronúncia (a meridional) que, como ainda hoje acontece no continente português era a que apresentava maior força expansiva,

**não precisando de ser a pronúncia da maioria para ser a mais geralmente aceite.**

Antes de prosseguir, é importante lembrar que Brian Head (1994) volta ao assunto no Encontro Regional da Associação Portuguesa de Linguística, em Miranda do Douro, em 1993, partindo, dessa vez, do *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*, de Leite de Vasconcellos. Se Brian Head não se detém no problema da procedência do colonizador e, posteriormente, imigrante português, Lindley Cintra, na medida em que apresenta argumentos que enfraquecem ou anulam a tese da proeminência da origem alentejana e algarvia, apontando em sua substituição para regiões do Norte de Portugal, o assunto fica a depender de novos estudos e principalmente de novas pesquisas, para além da repetição de afirmações anteriores, que é o que mais se tem feito em relação ao assunto. A mera observação de que o Algarve nunca foi tão povoado a ponto de justificar saída maciça de colonizadores ou de imigrantes para o Brasil pode não satisfazer, sobretudo se se levar na devida conta o peso das experiências lingüísticas, nas diversas etapas, que teve sua primeira etapa na reconquista e mais tarde, nova fase na expansão marítima. Se tal observação, porém, se confirmar com dados colhidos nos serviços de entrada no país, então será um dado científico a se considerar.

### **3. FILOLOGIA BANDEIRANTE: A BUSCA DA ANCIANIDADE DO PORTUGUÊS DO BRASIL**

Por outro lado, a pesquisa de dados lingüísticos, mesmo considerando-se as dificuldades decorrentes do exame dos dados de Lindley Cintra, torna-se indispensável, e é dentro deste escopo que se situa o Projeto Filologia Bandeirante. Com efeito, entre as regiões privilegiadas, onde é possível buscar dados lingüísticos que decidam por essa ou por aquela região de Portugal como fornecedora de maior número de colonizadores e de imigrantes portugueses, certamente estão as trilhas dos bandeirantes à cata das minas, sem dúvida, as mais percorridas ao longo de mais de dois séculos.

Esse Projeto, ao mesmo tempo que se baseia em informações históricas para escolher os lugares onde procurar informantes, tem interesse mais acentuado por pessoas da geração de uma faixa etária entre cinquenta e sessenta anos, e também, lá onde forem encontradas, pessoas da geração imediatamente anterior a essa. Dentro desse quadro, a preferência recai sobre

peças que não tenham tido escolaridade ou tenham tido apenas rudimentos, e que, melhor ainda, não tenham saído do lugar onde nasceram. Muito seguramente, tais condições não serão preenchidas, com facilidade, já pela geração subsequente, porque do final da década de 60 para cá tornou-se mais fácil deixar a terra natal, mesmo nestas regiões, e procurar onde aparelhar-se diversamente para a vida. Ora, em consequência dessa migração, o linguajar nativo, lamentavelmente, pode perder-se ou descaracterizar-se em parte ou por inteiro. No caso de ser válida tal perspectiva histórica, se não se fizer a coleta dos dados agora, logo não haverá muito que se colher.

Para confirmar a ênfase que o Projeto atribui à pesquisa de dados lingüísticos, trago esta lista de ocorrências que submeto à sua apreciação:

a) A metátese “prometi / pormiti”; “prometestes / pormetestes”; “fermoso / fremoso”; “proveitoso / porveitoso”; “agradeceu / agardeceo”; “agradecido / gardicido”:

que ja pormiti ante o Senhor nunca tornar.  
o que me pormetestes  
mais fremoso que nunca eu vi de sua idade  
será mui porveitoso contra sua enfermidade.  
e el lho agardeceo muito  
A Deos seja gardicido

b) A harmonização vocálica, e onde for o caso, a metafoia, *e-i > i-i*, conseguida mediante o alçamento da vogal *e*: *e > i*, já ocorrido em ‘pormiti’, em ‘enfermidade’ (metafoia) e em ‘gardicido’ do bloco anterior e que ocorre em “cortesia / cortisia”; “conhecia / conhicia”; “agradeciam / agradeciam”; “pedisse / pidisse”; “pediu / pidiu”; “despediram/ espidirom”; “ferir / firir”; “feriu / firiu”; “merecimento / mericimento” (metafoia); “mentiu / mintiu”; “menino / minino”; “deveríamos / diviriamos”:

rogo por cortisia.  
bom de cortisia, / bem amostrades vossa cortisia.  
eu conhecesse como el conhicia mim

agradiciam muito  
a que nom pidisse conselho  
fastou-se ũu pouco afora e pidiu prazo  
espidirom-se chorando  
mas nom estava tam longe da riba que a nom podessem  
firir  
firiu com sa mão o seu peito  
vergonha sen mericimento  
mas mintiu pois do que prometeo  
O minino [ms. meño], que se nom catava da peçonha,  
nos diviriamos de ir por outra carreira

c) O alçamento da vogal *e* no meio ou no fim da palavra: *e* > *i*, em “melhor / melhor” e em “sangue / sangui”:

é mui melhor  
E o campo enderedor dele era ja todo tinto de sangui  
deytaua gotas de sangui pola ponta

d) O alçamento *o* > *u* no fim de palavra: “bacio / baciú”; “frio / friú”, ou no meio de palavra, em sílaba pretônica: “coberto / cuberto”; “cobertor / cubertor”; “descoberto / descuberto”; “podiam / pudiam”:

õ hyam en hũũ baciú de prata  
ante era friú  
nom vimos senam cuberto  
ergeo o cubertor e deitou-se  
descuberto nom lhis pudiam durar

e) A aférese já ocorrida em “agradecido / gardicido” do bloco a) e que ocorre em: “afastou-se / fastou-se” e “ameaça / meação”:

fastou-se ãu pouco afora e pidiu prazo

ouve pavor desta meação

f) A polimorfia resultante da alternância de prefixos: des / es já ocorrida no bloco a) e em “despediram / espidirom”

g) A palatalização: “escárnio / escarnho”:

escarnho

h) A ditongação: “fruta / fruita” e “fruto / fruto”

os ramos e as folhas e a fruita

o door[o]so fruto que de ti sair

Em que região percorrida por bandeirantes teriam sido colhidas essas ocorrências? Interior de São Paulo? Vale do Paraíba a caminho de Minas? Em região próxima a Catas Altas? a Itacambira? a Barra Longa? a Paracatu? no Estado de Goiás? no Estado de Mato Grosso?

A respeito do bloco a), Amadeu Amaral (1976, p. 54) traz os seguintes exemplos de metátese análogos aos nossos: “perciso, pertende, purcissão, partelêra, agardecê e aquerditá” e Cornélio Pires (1933, p. 62) registra: “aporveitá”.

A respeito do bloco b), o mais numeroso em ocorrências colhidas, Serafim da Silva Neto (1970, p. 611) diz que, “no Brasil, o -e- pretônico está sujeito a dois tipos de harmonização vocálica “e-i > i-i” e “e-u > i-u”. Declara que o primeiro a fazer a observação foi Sousa da Silveira (1983, p. 285), remetendo a suas *Lições de Português*, onde encontramos: “esquici, divi”, além de “rimiti, rimitia”. Lembra que voltaram ao assunto Mattoso Câmara Jr. (1953, p. 78-81) em seus estudos de fonêmica, e Antônio Houaiss (1958, p. 275), na descrição da pronúncia carioca. Mattoso Câmara Jr. (1953, p. 77) começa o capítulo das vogais átonas por considerar sua distribuição “um dos problemas mais intrincados da fonêmica portuguesa no Brasil”, lembra que Sousa da Silveira (1983, p. 66) ressaltou o fenômeno e

menciona a resistência na pronúncia coloquial tensa à harmonização. Em momento algum distingue, neste caso, norma do Português europeu de norma do Português do Brasil. Amadeu Amaral (1976, p. 49), entre os exemplos que dá, separando aqueles que resultam em harmonização vocálica, distinção que o autor não faz, registra: “pirigo, dilicado, atrivido, intiligente”.

A respeito do bloco c), observa-se outro alçamento da vogal *e*:  $e > i$ , com a diferença de que este não resulta em harmonização vocálica. Entre os exemplos que dá Amadeu Amaral (1976, p. 49), destacamos: “tisora e piqueno”; não registra exemplo de *-i* final. Sousa da Silveira (1983, p. 66), assinala que “Sendo átono o monossílabo, é de regra passar o *-i* a *-e* reduzido, o qual a nossa pronúncia brasileira identifica com o *-i* átono latino”.

Mattoso Câmara Jr. (1953, p. 84) faz referência a uma indistinção entre *-e* e *-i* e *-o* e *-u* em posição átona final, depois desta observação: “é o que reconhece a atual ortografia, quando, inspirada em Gonçalves Viana, adota as formas *quase* e *tribo* em vez das tradicionais *quasi* e *tribu*”.

Neste caso, também não fica caracterizada nenhuma distinção entre Português europeu e Português do Brasil.

A respeito do bloco d), Serafim da Silva Neto (1970, p. 613) lembra novamente o mestre Sousa da Silveira, em relação à pronúncia carioca, com cujo ponto de vista diz concordar, e lembra que textos medievais, quinhentistas e seiscentistas refletem essas oscilações. Traz a referência de João de Barros: “antre u e o pequeno há tanta vezinhança que quasi nos confundimos dizendo uns *somir* e outros *sumir* e *dormir* ou *durmir* e *bolir* ou *bulir*”<sup>7</sup>.

Quanto aos exemplos desse bloco d), precisamos distinguir o *-o* final que se reduz a *-u* final: “frio / friu” e o *-o-* pretônico que se reduz a *-u-*: “coberto / cuberto”; “cobertor / cubertor”; “descoberto / descuberto”; “podiam / pudiam”. Segundo Silva Neto (1970, p. 612-3), “parece que, em Lisboa, só posteriormente ao século XVI essa tendência logrou vitória completa, e no Rio de Janeiro, é grande a oscilação”.

<sup>7</sup> João de Barros, *Gramática*, p. 26, *apud* Serafim da Silva Neto, *op. cit.* p. 612, quando em nota de rodapé lembra que José Leite de Vasconcelos falava na lei da atonia: “a língua portuguesa tem a tendência, em certos casos, para não admitir como fazendo parte de uma palavra as vogais átonas *-e* e *-o*, quando abertas ou fechadas e a vogal *-a*, quando aberta” (*Revista Lusitana*, I. 1887-1889. p. 245).

Amadeu Amaral (1976, p. 50) registra, entre outros, esses exemplos: “cumê, cumpadre, cunversa, cumigo e cumeça”, entre os pretônicos e, entre os finais, “postônicas de vocábulos graves”: “povu, digu”.

Quanto ao bloco e), observa-se a supressão ou o apagamento de segmento inicial, como registra J. J. Nunes (1975, p. 158) nestes exemplos: “enamorar / namorar”; “imaginar / maginar”. Propriamente em relação aos vocábulos “afastar” e “ameaça”, o rigor filológico assinala a prótese, mas uma vez formadas as palavras no Português (a (prep.) + fasta > afasta; a (art.) + minacia > ameaça), o emprego oscilante das formas permite reconhecer o apagamento do segmento inicial em relação ao vocábulo completo: “afastar / fastar”; “ameaça / meação”.

Quanto ao bloco f), há uma alternância de emprego do prefixo “des-” e do prefixo “es-” representante do “ex-”, aparentemente de uso indistinto entre a norma culta e o português não-padrão, para vocábulos, como os que relaciona J. J. Nunes (1975, p. 395): “desfalecer / esfalecer”; “descarado / escarado”; “destilar / estilar”; “desmaiar / esmaiar”; “desterrar / esterrar”; “deserdar / eserdar (arc.)”; “despir / espir”.

Quanto ao bloco g), a forma palatalizada provém de *escarnir*, do germânico: *skirnian*. A forma *escarnho* é mais antiga do que *escárnio*, e ambas são anteriores ao incoativo *escarnecer* que gera a derivada sufixal *escarnecimento*<sup>8</sup>.

Quanto ao bloco h), a ditongação é, na verdade, uma semivocalização da muda -c- que precede a sílaba final -to, -ta: “fructu > fruto”; “fructa > fruta”. Está nos *Lustadas*:

Estavas, linda Inês, posta em sossego,

De teus anos colhendo doce fruto

---

<sup>8</sup> Escarnho está no *Cancioneiro da Ajuda*, 10274: “qual escarnho lhi sol fazer” e 10275: “e qual escarnho lh'ora fez”, vide edição Carolina Michaelis de Vasconcelos (1990), v. 1, p. 900, cantiga 463; “Ora ja non poss'eu creer”. A fonte de Carolina, sabe-se, é B: *Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa (Colocci Brancuti)* (1982). A numeração da cantiga é 987, mas Carolina a identifica como 988.

Naquele engano da alma ledo e cego

Que a fortuna não deixa durar muito <sup>9</sup>

Está na *Carta de Pero Vaz de Caminha* (Pereira, 1964): “pro omjilhor fruto que neela se pode fazer”, também está em Cornélio Pires (1933), na boca do caboclo que, depois de dois revezes ao identificar-se para combatentes da revolução de 1932, na terceira vez, sobe numa árvore, de onde se identifica, no afã de evitar novas agressões: “Sou fruta”.

#### 4. A FONTE DESSES DADOS LINGÜÍSTICOS

A quem ficou imaginando de que região seriam as ocorrências trazidas, posso asseverar que saíram todas de um códice português do século XV, fielmente transcritas do manuscrito. Trata-se do códice 2594 da Biblioteca Nacional de Viena, cópia única da *Demanda do Santo Graal* (1955-70) em Português. Essa cópia do século XV é valiosíssima por muitas razões, não sendo a menor o fato de ser repositório de mais de uma camada lingüística, visto que a tradução portuguesa de original francês remonta ao século XIII.<sup>10</sup>

Tenha ou não lhes causado alguma surpresa a declaração da fonte das ocorrências, é hora de terminar a exposição, pela qual me darei por satisfeito, se concordarem comigo que há alguma precipitação em se classificar fenômenos lingüísticos da língua que falamos como típicos do Português do Brasil, quando muitos estão presentes em manuscritos medievais dos séculos XIV ou XV. Vale lembrar que Gonçalves Viana deu como segura a origem cafre para a palavra *minhoca*, enquanto Teodoro Sampaio atribuiu-lhe origem tupi, vindo mais tarde a se comprovar que está

<sup>9</sup> Luís de Camões, *Os Lusíadas*, comentados por Augusto Epifânio da Silva Dias (1910). A edição fac-similar da edição Ee, da coleção Dicionário da Língua Portuguesa Textos e Vocabulários, dirigida por Antônio Geraldo da Cunha (1966), p. 58, traz: *fructu*.

<sup>10</sup> As ocorrências, distribuídas pelos blocos, recebem aqui a indicação bibliográfica: a) 81 r.; 74 v.; 2 v.; 104 r.; 122 r.; 83 r.; bloco b) 85 v.; 107 r.; 113 r.; 102 r.; 176 v.; 177 v.; 181 r.; 179 v.; 180 v.; 184 r.; 120 v.; 104 r.; 85v.; bloco c) 162 v.; 176 r.; 180 r.; bloco d) 180 r.; 180 r.; 8 v.; 37 r.; 120 v.; 192 v.; bloco e) 177 v.; 119 v.; bloco f) já ocorrida no bloco a; bloco g) 175 v.; bloco h) 56 v.; 184 v.

presente em textos portugueses dos séculos XIV e XV. Não será o caso de muita cautela, ao mesmo tempo que urge somar as informações, somar as leituras, articular as pesquisas de todos quantos trabalham com a língua que falamos?

Não resisto a uma derradeira observação. Costuma-se fixar entre as diferenças existentes nos dialetos setentrionais e meridionais de Portugal, a realização das sibilantes apicais. Celso Cunha e Lindley Cintra (1985, p. 11) apontam a seguinte distinção: a sibilante áptico-alveolar [s] do Norte de Portugal e a sibilante pré-dorsodental [ʃ] do Sul. Em, conseqüência, o fato de não se ter encontrado algum registro da áptico-alveolar setentrional no Brasil, tem sido usado como um dos argumentos da aludida tese meridionalista. Persegue-me sempre uma dúvida a respeito, baseada numa frase de Vieira (1989, p. 105):

aos que vão buscar a seara tão longe, hão-lhes de medir a  
semeadura, e hão lhes de contar os passos. Ah dia do juízo!  
Ah pregadores! os de cá, achar-vos-eis com mais Paço: os  
de lá, com mais passos

É verdade que Vieira pregou o “Sermão da Sexagésima” em Lisboa, na Capela Real, em 1655; ele era lisboeta, ele morou mais tempo no Brasil, onde morreu, do que em Portugal, mesmo assim, pergunto se não é de se esperar a distinção das apicais no trocadilho do pregador: “Paço / passos”, muito embora os manuais a considerem neutralizada no século XVI. Mais uma pergunta seria se se pode considerar exaurida a busca de registro da distribuição das sibilantes no Brasil? E, por fim, persiste, de fato, o valor distintivo das sibilantes entre Norte e Sul de Portugal?

## 5. CONCLUSÃO

Para onde apontam aqueles dados lingüísticos de um códice do século XV reconhecidamente encontrados aqui no Brasil? A conclusão que se impõe, por enquanto, está mais para uma pergunta do que uma resposta. São hipóteses que cobram pesquisas, a ver se se confirmam. Tais pesquisas poderão acenar para eventuais soluções relativas às diversas questões aqui levantadas como a da procedência dos portugueses que para cá trouxeram a língua, a da retenção lingüística de traços desse português ou do português resultante do convívio com línguas diversas: indígenas ou africanas, a das

transformações lingüísticas (variação e mudança) pelas quais a língua passou em seu processo histórico em nosso país.

Filologia Bandeirante, inspirado em *Filologia Barranquenha* de Leite de Vasconcellos, tem por objetivo sair em busca de dados lingüísticos capazes de lançar algumas luzes sobre tantas questões. Inicialmente pensado apenas em pesquisa de campo, por sugestão de Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen, em reunião da Grupo de Trabalho, acrescenta a busca de documentos escritos da época, nos mesmos lugares da pesquisa de campo ou em lugares a que eventualmente tenha sido destinada a documentação. O trabalho filológico de edição da documentação pertinente, sem dúvida, deverá disponibilizar textos do maior interesse, porventura ainda inéditos. Oxalá a pesquisa de campo na trilha dos bandeirantes e a edição de textos pertinentes às mesmas bandeiras cumpra seus objetivos e confirmem o que já, apenas iniciada, vem revelando.

### Referências bibliográficas

- A DEMANDA do Santo Graal*. Reprodução fac-similar e transcrição crítica do cód. 2594 da Biblioteca Nacional de Viena, Augusto Magne. Rio de Janeiro: INL, 1955-1970.
- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, SCTSP, 1976. (Primeira edição 1920).
- ATAS da Camara da Villa de S. Paulo 1623-1628*. São Paulo: Archivo Municipal de S. Paulo, 1915. v. 3.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.
- \_\_\_\_\_. *História e estrutura da língua portuguesa*, 3 ed. rev. por Maria Aparecida Ribeiro e Antônio Basílio Rodrigues. Rio de Janeiro: Padrão Livr., 1979. (A primeira edição da obra saiu no Estados Unidos, em inglês, em tradução de Anthony Julius Naro no ano de 1972).
- CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*. Comentados por Augusto Epifânio da Silva Dias. Porto: Magalhães e Muniz, 1910.
- CANCIONEIRO da Ajuda*. Reimpressão da edição Carolina Michaelis de Vasconcelos. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1990. v. 1.
- CANCIONEIRO da Biblioteca Nacional (Colocci-Brancuti) cód. 10991*. Edição facsimilar. Lisboa: Biblioteca Nacional, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1982.

- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. O português do Brasil. In: ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997. p. 237-269, 277-285. (Apêndice ao livro).
- CASTRO, Ivo. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Univ. Aberta, 1991.
- CINTRA, Luís Felipe Lindley. Alguns estudos de fonética com base no Atlas Lingüístico da Península Ibérica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE LÍNGUA FALADA NO TEATRO, 1, 1958, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: MEC, 1958.
- COHEN, Maria Antonieta Amarante de Mendonça *et al.* Filologia Bandeirante. *Filologia e linguística portuguesa*. Humanitas, FFLCH, USP (São Paulo), n. 1, p. 79-94, 1997.
- CUNHA, Celso, CINTRA, Luís Felipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- ELLIS, Alfredo. *Populações paulistas*. São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, USP, 1934.
- HEAD, Brian. Comparação do português de Portugal e do português do Brasil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 3, 1987, Lisboa. *Actas...* Lisboa: APL, 1987.
- \_\_\_\_\_. O dialeto brasileiro segundo Leite de Vasconcellos. In: ENCONTRO REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, set. 1993, Miranda do Douro. *Actas...* Miranda do Douro: Ed. Colibri, 1994.
- HOUAISS, Antônio. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE LÍNGUA FALADA NO TEATRO, 1, 1958, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: MEC, 1958.
- NASCENTES, Antenor. *O idioma nacional*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livr. Acadêmica, 1964. (Primeira edição 1944).
- NUNES, José Joaquim. *Compêndio de gramática histórica, fonética e morfologia*. 8. ed. Lisboa: Livr. Clássica Ed., 1975. (Primeira edição em livro 1918).
- PEREIRA, Sílvio Baptista. *Vocabulário da Carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro: INL, MEC, 1964.
- PIRES, Cornélio. *Chorando e rindo: episódios e anedotas da guerra paulista*. São Paulo: Ed. Nacional, 1933.
- SÁ, Filipe Franco de. *A língua portuguesa: dificuldades e dúvidas*. 1915.
- SILVA NETO, Serafim da. A língua portuguesa no Brasil (problemas). *Revista de Portugal*, v. 25, 1960. (Obra publicada também no Brasil, pela Livraria Acadêmica, no mesmo ano).
- \_\_\_\_\_. *História da língua portuguesa*. 2. ed. aum. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1970. (Primeira edição da obra publicou-se em fascículos entre 1952 e 1957).

- \_\_\_\_\_. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Presença, INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986. (Primeira edição 1950).
- SILVEIRA, Álvaro Ferdinando de Souza da. *Lições de português*. Estudo prévio de Maximiano de Carvalho e Silva. 9. ed. Rio de Janeiro: Presença, Brasília: INL, 1983. (Primeira edição 1923).
- SPINA, Segismundo (Org.) *História da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1989.
- TARALLO Fernando. *Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*, São Paulo: Ática, 1990.
- TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Trad. Celso Cunha. Lisboa: As da Costa, 1982. (Edição original francesa 1980).
- VALLE, Rosalvo do. Barbosa Lima Sobrinho: resenha de *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora. *Rev. filologia brasileira*. Livraria Acadêmica (Rio de Janeiro), v. 4, n. 1-2, 1958.
- VASCONCELLOS, José Leite de. *Filologia Barranquenha: apontamentos para seu estudo*. Fac-simile da edição de 1955. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1981.
- VIEIRA, Antônio. Sermão da Sexagésima. *Apud*. Margarida Vieira MENDES. *A oratória barroca de Vieira*. Lisboa: Editorial Caminho, 1989.

### **Bibliografia consultada**

- A *DEMANDA do Santo Graal*. Edição de Joseph-Maria Piel concluída por Irene Freire Nunes. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1988.
- A *DEMANDA do Santo Graal*. Edição de Irene Freire Nunes. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1995.
- ELLIS, Alfredo. *Resumo da história de São Paulo: quinhentismo, seiscentismo*. São Paulo: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, USP, 1942.
- LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1958.

## ANEXO

### NORMAS PARA TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS MANUSCRITOS PARA A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS DO BRASIL

A Comissão de elaboração de Normas para transcrição de documentos manuscritos para a História do Português do Brasil, formada pelos seguintes pesquisadores: César Nardelli Cambraia (USP), Gilvan Müller de Oliveira (UFSC), Heitor Megale (USP), Marcelo Modolo (mestrando – USP), Perminio Souza Ferreira (UFBA), Sílvio de Almeida Toledo Neto (USP), Tânia C. Freire Lobo (UFBA), Valdemir Klamt (UFSC), apresentou subsídios para a fixação de normas e, após ampla discussão sobre a matéria, levou a plenário um elenco de normas, tendo sido aprovado o texto que segue.

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas na abreviatura, obedecendo os seguintes critérios:
  - a) respeitar, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiossincrasias ortográficas do escriba, como no caso da ocorrência “munto”, que leva a abreviatura: m.<sup>to</sup> a ser transcrita “munto”;
  - b) no caso de variação no próprio manuscrito ou em coetâneos, a opção será para a forma atual ou mais próxima da atual, como no caso de ocorrências “Deos” e “Deus”, que levam a abreviatura: D.<sup>s</sup> a ser transcrita “Deus”.
3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver. Exemplos: epor ser; aellas; daPiedade; omninino; dosertaõ; mostrandoselhe; achandose; sesegue.
4. A pontuação original será rigorosamente mantida. No caso de espaço maior intervalar deixado pelo escriba, será marcado: [espaço]. Exemplo: que podem prejudicar. [espaço] Osdias passaõ eninguem comparece.
5. A acentuação original será rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração. Exemplos: aRepublica; docommercio; edemarkando tambem lugar; Rey D. Jose; oRio Pirahý; oexercicio; q̃ hé m.<sup>to</sup> conveniente.

6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original. No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução.
7. Eventuais erros do escriba ou do copista serão remetidos para nota de rodapé, onde se deixará registrada a lição por sua respectiva correção. Exemplo: nota 1. Pirassocunda por Pirassonunga; nota 2. deligoncia por deligencia; nota 3. adverdinto por advertindo.
8. Inserções do escriba ou do copista na entrelinha ou nas margens superior, laterais ou inferior entram na edição entre os sinais < >, na localização indicada. Exemplo: <fica definido que olugar convencionado é acasa dePedro nolargo damatriz>.
9. Supressões feitas pelo escriba ou pelo copista no original serão tachadas. Exemplo: todos ~~ninguem~~ dos presentes assignarom; sahiram ~~sahiram~~ aspressas para oadro. No caso de repetição que o escriba ou o copista não suprimiu, passa a ser suprimida pelo editor que a coloca entre colchetes duplos. Exemplo: fugi[[gi]]ram correndo [[correndo]] emdireaçã opaço
10. Intervenções de terceiros no documento original, devem aparecer no final do documento informando-se a localização.
11. Intervenções do editor hão de ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem a dúvida. Quando ocorrerem devem vir entre colchetes. Exemplo: naõ deixe passar neste [registro] de Areas.
12. Letra ou palavra não legível por deterioração justificam intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes: [ilegível].
13. Trecho de maior extensão não legível por deterioração receberá a indicação [corroídas + ou – 5 linhas]. Se for o caso de trecho riscado ou inteiramente anulado por borrão ou papel colado em cima, será registrada a informação pertinente entre colchetes e sublinhada.
14. A divisão das linhas do documento original será preservada, ao longo do texto, na edição, pela marca de uma barra vertical:—entre as linhas. A mudança de fôlio receberá a marcação com o respectivo número na seqüência de duas barras verticais: —1v. —2r.—2v.—3r.

15. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será feita de maneira contínua por documento.
  
16. As assinaturas simples ou as rubricas do punho de quem assina serão sublinhadas. Os sinais públicos serão indicados entre colchetes. Exemplos: assinatura simples: Bernardo Jose de Lorena; sinal público: [Bernardo Jose de Lorena]